

Desculpem insistir: - primeiro as pessoas, depois as coisas!

As pessoas são o trabalho, a família, a saúde, a instrução, a justiça a cultura, o lazer, a participação cívica e o mais que cada um pode acrescentar.

As coisas são apenas o que não tem vida, o que não faz sentido sem o sentido que as pessoas lhes dão.

Dentre as coisas avulta o dinheiro, como essencial o que cada um precisa, mas como acessório o que é excesso.

Vem isto a propósito do descalabro em curso na hierarquia de valores na sociedade portuguesa. O excesso, que devia ser acessório, passa também a principal, concedendo poder na directa proporção da quantidade do excedente. Chamamos-lhe “o poder do dinheiro”.

Instalada a crise económica os seus causadores e os gestores subsequentes exploram-na até à exaustão.

À minguá de autocrítica pelos responsáveis sobre as políticas erradas prosseguidas, enchem os cidadãos de sentimentos de culpa por associação da crise ao excesso continuado de gasto de dinheiros com o custeio do que às pessoas importa.

Mobilizam os melhores profissionais de informação e propaganda para o efeito. Fica aberto o caminho psicológico para a acrítica e desanimada aceitação do único remédio adoptado e apregoado como possível, **o corte, compressão e desqualificação** do que às pessoas é essencial, do que define o que as pessoas são.

De repente nada é mais o que era, como o trabalho digno e adequadamente remunerado, a importância da família, a saúde e instrução adequada para todos, ou a justiça próxima e eficaz.

A cultura e o lazer, realidade para apenas alguns, passam a miragens para os demais.

Tomado o remédio, torna-se inevitável que a prioridade seja sobreviver.

E aí emerge a coisa das coisas, o dinheiro.

Ao primado de pessoa agiganta-se o primado do dinheiro.

Aqui chegados, porque já aqui chegamos, não espanta então que nestes dois últimos anos já tenhamos em Portugal menos nascimentos que mortes.

Quem pode ter filhos numa sociedades assim?

Alarma-se agora o Governo! Cria comissões e encomenda estudos para promover a Natalidade.

Deseja-se que perceba bem que não serão umas quantas medidas avulsas que solucionarão o problema de fundo.

Se não arrepia caminho nos cortes, compressão e desqualificação do que às pessoas é essencial, mormente no trabalho e na qualidade de vida, não chega lá.

Porque foi aquele caminho que criou as condições psicológicas para que alguns, bastantes, dos que estão na posição de pagar trabalho, exijam, em contrapartida, **que as mulheres se comprometam, até por escrito, a não engravidar**, sob pena de perda ou não acesso ao emprego, **que trabalhem com horários mínimos, mas não máximos**, que estejam **permanentemente disponíveis para a mobilidade geográfica ou para a prestação de trabalho.**

Ter filhos assim, como?

Se se pretende inverter a curva descendente da natalidade, então muito há a mudar, mormente na legislação laboral, pública e privada, mas em sentido contrário ao dos últimos anos.

Quem quer mudar não pode. Quem pode, quer?